

Instituições Públcas de Ensino Superior de Goiás

Carta Aberta aos Candidatos ao Governo do Estado de Goiás

O Fórum das Instituições Públcas de Ensino Superior de Goiás (IPES) foi criado em 2012 com as 4 instituições públicas do Estado de Goiás: Universidade Federal de Goiás, Universidade Estadual de Goiás, Instituto Federal de Goiás e Instituto Federal Goiano. Os institutos federais foram criados pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e são equiparados às universidades federais, isto é, também são instituições de ensino superior. O que difere os IFs das universidades é que além de serem instituições de ensino superior, atuam na educação básica com a oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades e níveis de ensino.

O Fórum das IPES tem, entre outros, os objetivos de conjugar esforços para racionalização de seus recursos, compartilhamento de infraestrutura e equipamentos e alinhar as ações dessas instituições de forma a potencializar o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando sempre ao desenvolvimento científico, tecnológico, social e econômico de Goiás.

Nos anos mais recentes, fruto das políticas públicas implementadas e do aumento dos recursos financeiros aplicados em educação e em ciência e tecnologia, principalmente de 2006 a 2015, ocorreu um significativo processo de crescimento das IPES no país, ampliando o acesso à educação superior e ao ensino tecnológico, possibilitando também a elevação da produção acadêmica brasileira.

O quantitativo de pessoas matriculadas na educação superior no Brasil saltou de 4.567.798 em 2005 para 8.048.703 em 2016, uma elevação de 76,2%, e a publicação de artigos científicos, principalmente em revistas internacionais, situa-se hoje entre as maiores do mundo, ocupando a 13a posição. Em Goiás, o quantitativo de jovens matriculados na educação superior passou de 149.034 em 2005 para 243.744 em 2016, uma elevação de 63,5%, e, no cenário nacional, Goiás está entre os 12 estados que mais publicam artigos científicos.

As IPES de Goiás estão presentes em mais de 70 municípios, contam com aproximadamente 7 mil professores, sendo cerca de 5 mil de mestres e doutores e 6 mil servidores técnico-administrativos, com mais de 2 mil especialistas, mestres ou doutores. Estão matriculados nessas instituições mais de 60 mil alunos em cursos superiores e em torno de 5 mil alunos de mestrado e doutorado.

Com este quadro de pessoas altamente qualificadas, somado à sua grande capilaridade, as IPES goianas possuem importância estratégica na formulação e implementação de políticas públicas nas mais diversas áreas, como educação, saúde, saneamento, habitação, infraestrutura e segurança alimentar.

Além da formação de recursos humanos de excelência, as IPES goianas, ao lado das demais instituições de educação superior e de pesquisa do Estado, são também responsáveis pela produção de conhecimento e pelo desenvolvimento de diversas atividades de interação com a sociedade por meio da prestação dos mais variados serviços, incluindo, entre outros, hospitais universitários, laboratórios especializados, museus, teatros, cinemas, escolas de música, centros de eventos e convenções.

A exemplo do que ocorre nos países mais desenvolvidos, o crescimento, consolidação, manutenção e excelência das nossas instituições de ensino e pesquisa dependem de investimentos públicos, os quais retornam a sociedade na forma de profissionais qualificados, equipamentos públicos e serviços, desenvolvimento científico e inovação tecnológica. Em Goiás, os impactos desses investimentos estão presentes, por exemplo, na nossa capacidade de produzir alimentos em condições de competitividade internacional, em grandes obras de engenharia, na produção de fármacos e no combate a doenças emergentes e/ou negligenciadas.

Ademais, as IPES têm um papel fundamental na formação de professores. Os cursos de licenciatura destinam-se à formação de docentes para atuarem na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio e nas respectivas modalidades de educação (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância e Educação Escolar Quilombola), nas diferentes áreas do conhecimento.

A formação dos profissionais do magistério para a educação básica, em nível superior, nos cursos de licenciatura das IES, visa a contribuir para o fortalecimento da rede pública de educação básica e nesse sentido, é mister que haja concursos públicos para provimento das vagas para os profissionais da educação, tanto na rede estadual quanto na UEG.

É dentro deste contexto que nos manifestamos aos candidatos ao Governo do Estado de Goiás sobre a necessidade de manutenção e aumento dos investimentos públicos e sistemáticos em educação, ciência e tecnologia, os quais possam garantir a continuidade do nosso desenvolvimento econômico e social. Em particular, defendemos o fortalecimento da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de Goiás (FAPEG) e do conjunto de instituições de educação superior, bem como uma maior interação e parceria entre universidades e agências e órgãos governamentais.

Em pouco mais de 12 anos de existência, a FAPEG consolidou-se e hoje se destaca nacionalmente, figurando entre as principais fundações de amparo à pesquisa do país. Por meio de parcerias bem sucedidas com agências de fomento federais (CAPES, CNPq e FINEP) e internacionais, a FAPEG tem garantido um fluxo regular de editais em apoio a projetos de pesquisa institucionais e individuais, os quais têm sido de grande importância para o funcionamento e manutenção de laboratórios, programas de pós-graduação, convênios internacionais e incubadoras de empresas de base tecnológica.

A maior parte da produção científica e tecnológica no Brasil ocorre nas universidades e está localizada nos programas de pós-graduação. Desde 2012, a FAPEG apoia, de forma regular, estes programas com a provisão de bolsas de mestrado e doutorado. Além da distribuição de centenas de bolsas de estudo, a FAPEG tem também garantido, por meio de editais específicos, o custeio das mais variadas demandas dos programas de pós-graduação, da compra de livros a intercâmbios docentes internacionais. Estas ações precisam ser continuadas e ampliadas.

As instituições de ensino superior instaladas em Goiás, sejam elas públicas, comunitárias, federais, estaduais ou municipais, precisam da garantia e presença do estado para o seu fortalecimento. Em particular, as recém-criadas universidades federais de Catalão e Jataí (UFCat e UFJ), os campi dos Institutos Federais e da Universidade Estadual de Goiás (UEG) demandam especial atenção quanto a implementação e expansão da sua infra-estrutura. A rede de instituições de ensino e pesquisa existente, estrutura em campi distribuídos em todo o território, contribui para a redução das assimetrias regionais, a descentralização e incremento das atividades econômicas e a

fixação de recursos humanos qualificados nos municípios do interior. Esta rede tem ainda um papel relevante na qualificação da educação básica e se constitui em um eficiente canal de inovação tecnológica (por meio de agências de inovação e parques tecnológicos), em apoio à verticalização e incorporação de tecnologia de ponta nos arranjos produtivos locais.

Portanto, para que a educação, a ciência e tecnologia continuem contribuindo com o desenvolvimento de Goiás e do Brasil, as Instituições Públicas de Ensino Superior de Goiás propõem aos Candidatos ao Governo do Estado de Goiás os seguintes compromissos:

- Fortalecer a Fundação de Amparo a Pesquisa no Estado de Goiás (FAPEG) com o cumprimento integral do artigo 158 da Constituição Estadual, garantindo os repasses na forma de duodécimos, alterando-se a restrição contida na Emenda Constitucional nº 50/2014 e, além disto, ampliar gradativamente, até o ano de 2022, os recursos até que alcancem o equivalente a 1% da receita líquida de impostos e transferências.

- Manter a atual política de consulta às IES para a escolha dos dirigentes da FAPEG.

- Fortalecer a Universidade Estadual de Goiás com o cumprimento integral do artigo 158 da Constituição Estadual, garantindo os repasses na forma de duodécimos, alterando-se a restrição contida na Emenda Constitucional nº 50/2014 e, além disto, ampliar gradativamente até o ano de 2022, os recursos até que alcancem o equivalente a 3% da receita líquida de impostos e transferências.

- Implementar ações e programas objetivando o cumprimento do Plano Estadual de Educação (2015-2025), especialmente da Meta 13 que estabeleceu a elevação da taxa bruta na educação superior para 50%, o que significa que ainda temos que acrescentar em torno de 130.000 novas matrículas na educação superior em Goiás.

- Priorizar a participação das Instituições de Educação Superior públicas e comunitárias sediadas em Goiás, em ações e projetos do Governo Estadual para a elaboração e implementação de políticas públicas nos âmbitos educacional, social e econômico.

- Criar programas de incentivo para fortalecer a cooperação do setor empresarial com as Instituições de Educação Superior públicas e comunitárias sediadas em Goiás visando o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação.

- Contratar servidores públicos (docentes e técnico-administrativos) para a educação básica e superior por meio de concursos públicos.

- Articular, em conjunto com as IPES, de forma permanente, parcerias com os municípios e a União, visando ao fortalecimento e melhoria dos campi das IPES instalados no Estado.

Goiânia, 11 de setembro de 2018.

Edward Madureira Brasil - **Reitor da UFG**

Jerônimo Rodrigues da Silva - **Reitor do IFG**

Haroldo Reimer - **Reitor da UEG**

Vicente Pereira de Almeida - **Reitor do IF Goiano**